

ENTRE DIRETRIZES NORMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DA BNCC

*BETWEEN REGULATORY GUIDELINES AND PEDAGOGICAL PRACTICES: CURRICULUM
ORGANIZATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN LIGHT OF THE BNCC*

*ENTRE DIRECTRICES NORMATIVAS Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS: LA ORGANIZACIÓN
CURRICULAR EN LA EDUCACIÓN INFANTIL A LA LUZ DE LA BNCC*

Luiz Fernando Ridolfi

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Mayara Campos Rodrigues

Universidad Privada del Este, Paraguai

Ana Cristina Ferreira Marques

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Audenora Maria Gomes

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Viviane do Rocio Pasdiora Cardozo

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Marília Rutenski de Agostinho

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Zelinda Mazorovicz Domingos Pinto

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i1.499>

Publicado em: 29.01.2026

Resumo: O presente estudo analisa a organização curricular na Educação Infantil a partir da tensão existente entre as diretrizes normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar. O objetivo consiste em compreender de que modo o currículo prescrito pela BNCC se materializa nas práticas educativas, considerando as concepções de infância, criança e currículo que orientam o trabalho pedagógico em uma instituição pública de Educação Infantil da rede municipal. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, bem como em observações realizadas no contexto escolar investigado. A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo, articulando referenciais teóricos do campo da Educação Infantil e do

currículo às normativas educacionais vigentes. Os resultados evidenciam a existência de um distanciamento significativo entre o currículo normativo e o currículo vivido, marcado pela predominância de práticas pedagógicas de caráter tradicional, pela fragilidade na apropriação crítica da BNCC por parte dos docentes e por desafios relacionados à formação continuada. Conclui-se que a efetivação de uma proposta curricular coerente com os princípios da BNCC demanda processos formativos mais consistentes, revisão crítica das práticas pedagógicas e a valorização das experiências, saberes e singularidades das crianças, de modo a garantir uma educação infantil democrática, contextualizada e comprometida com o desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Educação Infantil. Currículo. Base Nacional Comum Curricular. Práticas pedagógicas. Política Educacional.

Abstract: This study analyzes the curricular organization in Early Childhood Education based on the tension between the normative guidelines of the National Common Core Curriculum (BNCC) and the pedagogical practices effectively developed in everyday school life. The objective is to understand how the curriculum prescribed by the BNCC is materialized in educational practices, considering the conceptions of childhood, children, and curriculum that guide pedagogical work in a public Early Childhood Education institution in the municipal network. Methodologically, this is a qualitative, descriptive-analytical study based on bibliographic and documentary research, as well as observations made in the school context under investigation. Data analysis was conducted through content analysis, articulating theoretical references from the field of Early Childhood Education and the curriculum with current educational regulations. The results show that there's a significant gap between the standard curriculum and the actual curriculum, marked by the predominance of traditional teaching practices, teachers lack of critical understanding of the BNCC, and challenges related to continuing education. It can be concluded that the implementation of a curriculum consistent with the principles of the BNCC requires more consistent training processes, critical review of pedagogical practices, and appreciation of children's experiences, knowledge, and uniqueness, in order to ensure a democratic, contextualized early childhood education committed to integral development.

Keywords: Early Childhood Education. Curriculum. National Common Core Curriculum. Pedagogical Practices. Educational Policy.

Resumen: El presente estudio analiza la organización curricular en la Educación Infantil a partir de la tensión existente entre las directrices normativas de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y las prácticas pedagógicas desarrolladas efectivamente en el día a día escolar. El objetivo es comprender cómo se materializa el currículo prescrito por la BNCC en las prácticas educativas, teniendo en cuenta las concepciones de infancia, niño y currículo que orientan el trabajo pedagógico en una institución pública de Educación Infantil de la red municipal. Metodológicamente, se trata de una investigación de enfoque cualitativo, de carácter descriptivo-analítico, basada en la investigación bibliográfica y documental, así como en observaciones realizadas en el contexto escolar investigado. El análisis de los datos se llevó a cabo mediante el análisis de contenido, articulando referencias teóricas del campo de la Educación Infantil y del currículo con las normativas educativas vigentes. Los resultados evidencian la existencia de una distancia significativa entre el currículo normativo y el currículo vivido, marcada por el predominio de prácticas pedagógicas de carácter tradicional, por la fragilidad en la apropiación crítica de la BNCC por parte de los docentes y por los desafíos relacionados con la formación

continua. Se concluye que la implementación de una propuesta curricular coherente con los principios de la BNCC exige procesos formativos más consistentes, una revisión crítica de las prácticas pedagógicas y la valorización de las experiencias, los conocimientos y las singularidades de los niños, a fin de garantizar una educación infantil democrática, contextualizada y comprometida con el desarrollo integral.

Palabras clave: Educación Infantil. Currículo. Base Nacional Comum Curricular. Prácticas Pedagógicas. Política Educativa.

Introdução

A Educação Infantil, reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, ocupa lugar central nas políticas educacionais contemporâneas, especialmente em função de seu papel decisivo no desenvolvimento integral das crianças. Nas últimas décadas, esse campo tem sido atravessado por disputas conceituais, políticas e pedagógicas que tensionam diferentes concepções de infância, currículo e função social da escola, sobretudo diante da intensificação de processos normativos em escala nacional (Campos, 2020; Kramer, 2021; Barbosa; Richter, 2022).

Nesse contexto, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, configurou-se como um marco regulatório que redefiniu parâmetros para a organização curricular da Educação Infantil em todo o território brasileiro. Ao estabelecer direitos de aprendizagem e campos de experiências, a BNCC propõe uma concepção de currículo que, ao menos no plano normativo, busca superar modelos conteudistas e escolarizantes, valorizando as interações, as brincadeiras e as experiências das crianças como eixos estruturantes do trabalho pedagógico (Brasil, 2018; Corsino; Nunes, 2020).

Entretanto, estudos recentes têm evidenciado que a implementação da BNCC na Educação Infantil não ocorre de maneira homogênea nem isenta de contradições. Pesquisas apontam que, em muitos contextos escolares, persiste um descompasso entre o currículo prescrito e o currículo efetivamente vivido, marcado pela reprodução de práticas pedagógicas tradicionais, pela fragmentação das experiências infantis e por dificuldades na apropriação crítica das diretrizes curriculares por parte dos profissionais da educação (Barbosa; Oliveira, 2021; Silva; Gatti, 2022; Martins *et al.*, 2024).

Essas tensões revelam que o currículo não se reduz a um documento normativo, mas se constitui como prática social, atravessada por concepções de infância, saberes docentes, condições institucionais e contextos socioculturais específicos (Sacristán, 2020; Lopes; Macedo, 2021).

A literatura contemporânea tem enfatizado que a efetivação de propostas curriculares alinhadas à BNCC exige mais do que adequações formais dos documentos escolares. Requer processos formativos contínuos, reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, produtores de cultura e protagonistas de suas aprendizagens (Campos; Cruz, 2021; Sarmiento, 2022; Demeterko; Sacchelli, 2024). Nesse

sentido, a organização curricular na Educação Infantil constitui-se como um campo de disputas entre normatividade e autonomia pedagógica, entre prescrições externas e experiências concretas vividas no cotidiano escolar.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar como as diretrizes normativas da BNCC são interpretadas, apropriadas e ressignificadas nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil, especialmente em redes públicas de ensino, onde se concentram desafios históricos relacionados à formação docente, às condições de trabalho e à implementação de políticas educacionais (Gatti; Barreto, 2019; Oliveira; Araújo, 2023).

Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tenha sido amplamente analisada no campo das políticas educacionais e dos estudos curriculares, observa-se que a maior parte da produção científica recente concentra-se em abordagens normativas, teóricas ou de caráter macroestrutural, privilegiando análises documentais e discussões conceituais sobre seus princípios e diretrizes.

Ainda são escassos, contudo, estudos empíricos de natureza microinstitucional que investiguem, de forma situada, como o currículo prescrito pela BNCC é apropriado, ressignificado e efetivamente vivido no cotidiano pedagógico de instituições de Educação Infantil. Essa lacuna evidencia a necessidade de pesquisas que se debrucem sobre as práticas concretas, as mediações docentes e os contextos institucionais nos quais o currículo se materializa, contribuindo para a compreensão das tensões entre normatividade e prática pedagógica no âmbito da Educação Infantil pós-BNCC.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a organização curricular na Educação Infantil à luz da BNCC, focalizando as tensões entre as diretrizes normativas e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar de uma instituição pública municipal. Busca-se compreender em que medida o currículo prescrito se materializa nas práticas educativas, quais concepções de infância e currículo orientam o trabalho pedagógico e quais desafios se impõem à construção de uma proposta curricular coerente com os princípios de uma educação infantil democrática, contextualizada e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

Referencial teórico

A discussão sobre currículo na Educação Infantil no Brasil contemporâneo requer apreensão dos princípios e tensões que atravessam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua aplicação prática no cotidiano escolar. A BNCC, como documento normativo que orienta a organização curricular da Educação Básica, propõe a constituição de conhecimentos, habilidades e campos de experiências articulados a um conjunto de direitos de aprendizagem e desenvolvimento que valorizam, em teoria, a centralidade das interações, brincadeiras e contextos de vida das crianças (Brasil, 2018).

Entretanto, a simples existência de um documento normativo não garante sua efetivação, considerando que a organização curricular é um fenômeno social e político que se negocia no encontro entre diretrizes prescritivas e práticas pedagógicas concretas.

Embora a BNCC para a Educação Infantil seja frequentemente apresentada como um avanço ao reconhecer os direitos de aprendizagem, os campos de experiências e a centralidade das interações e das brincadeiras, parte da literatura crítica tem problematizado seus limites e ambiguidades. Alguns autores apontam que, apesar do discurso de superação de modelos conteudistas, a BNCC pode operar como instrumento de regulação curricular, induzindo processos de padronização das práticas pedagógicas e de controle do trabalho docente, sobretudo em contextos marcados por pressões burocráticas e gerencialistas (Ball, 2022; Lopes; Macedo, 2022; Afonso, 2024).

Nessa perspectiva, argumenta-se que a flexibilidade anunciada pelo documento nem sempre se efetiva no cotidiano escolar, podendo resultar em apropriações instrumentais do currículo e na reprodução de práticas tradicionais, ainda que revestidas de novas terminologias. Tais críticas não invalidam os princípios normativos da BNCC, mas evidenciam que sua implementação é atravessada por disputas interpretativas e condicionantes institucionais que tensionam a autonomia pedagógica dos professores e a construção de currículos contextualizados na Educação Infantil.

Estudos de revisão e pesquisa empírica apontam que o currículo da Educação Infantil articulado à BNCC apresenta desafios significativos de implementação, sobretudo relacionados à apropriação crítica das diretrizes por parte dos docentes e à capacidade destes de transformar o currículo prescrito em práticas pedagógicas significativas e contextualizadas. Revisões bibliográficas recentes destacam lacunas na produção científica acerca do tema, evidenciando a necessidade de aprofundar o entendimento teórico e empírico das práticas curriculares na Educação Infantil pós-BNCC (Ferraz; Nascimento; Souza Marcos, 2024).

A literatura contemporânea também tem debatido criticamente as condições institucionais que circundam a implementação da BNCC. Em contextos diversos, há indicativos de que persistem práticas pedagógicas de natureza tradicional e fragmentada, pouco tensionadas pelas articulações exigidas no documento curricular, como a integração dos campos de experiências e a promoção de aprendizagens significativas a partir das vivências das crianças (Silva *et al.*, 2025; Silva; Bezerra Marques; Farias Silva, 2025).

Essa dissociação entre currículo normativo e currículo vivido remete à necessidade de reflexão sobre os papéis múltiplos do currículo não apenas como documento orientador, mas como espaço de negociação de sentidos e saberes no cotidiano educativo.

A produção acadêmica recente também tem enfatizado a importância de políticas de formação continuada docente para a efetivação das diretrizes da BNCC na Educação Infantil. Pesquisas apontam que a implementação curricular exige condições de formação que ultrapassem a leitura e interpretação do documento, implicando desenvolvimento profissional contínuo,

espaços de debate coletivo e reflexão crítica sobre práticas pedagógicas e concepções de infância (Bachtchen; Lira, 2025).

Outros estudos evidenciam que as tensões curriculares se manifestam em múltiplos aspectos do trabalho pedagógico. Por exemplo, a discussão acerca do lúdico e das brincadeiras como eixos estruturantes das experiências de aprendizagem indica que, embora a BNCC reconheça o valor dessas práticas, a apropriação efetiva desses elementos pelos professores nem sempre se dá de forma consistente, sendo permeada por continuidades com metodologias tradicionais e resistência à mudança de práticas habituais (Silva *et al.*, 2025).

Adicionalmente, trabalhos recentes apontam debates ampliados sobre a contextualização do currículo em diferentes realidades socioculturais. Em regiões específicas, como a Amazônia, por exemplo, a BNCC tem sido analisada criticamente quanto à sua capacidade de respeitar e integrar saberes e experiências locais, ressaltando que o currículo deve ser adaptado às necessidades e contextos de vida das comunidades educativas para efetivar uma educação mais plural e inclusiva (Carvalho; Montoya, 2025).

Sob a perspectiva teórica, essas contribuições convergem para a compreensão de currículo como prática social complexa, que envolve não apenas a normatividade estabelecida pelos documentos oficiais, mas também as negociações cotidianas entre docentes, crianças, famílias e instituições. Essa abordagem dialoga com autores que defendem um currículo compreendido como processo dinâmico e relacional, permeado por concepções de infância, poder e prática pedagógica, implicando (re)configurações constantes no horizonte da ação educativa.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, por compreender que a investigação das práticas pedagógicas e da organização curricular na Educação Infantil demanda a apreensão de significados, concepções e processos construídos no contexto social e institucional em que se desenvolvem. A pesquisa qualitativa permite analisar o currículo como prática social, historicamente situada e atravessada por relações simbólicas, políticas e pedagógicas, o que se mostra coerente com os objetivos propostos (Minayo, 2021; Flick, 2022).

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em literatura nacional e internacional recente (2018-2025), composta por livros, artigos científicos e produções acadêmicas que discutem currículo, Educação Infantil, políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa etapa teve como finalidade sustentar teoricamente as análises e possibilitar o diálogo crítico entre os achados empíricos e o campo científico consolidado (Gil, 2020).

A pesquisa documental concentrou-se na análise de documentos normativos e institucionais, com destaque para a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Infantil (DCNEI) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição investigada. Esses documentos foram examinados à luz de seus pressupostos teórico-pedagógicos, buscando identificar concepções de infância, currículo e organização das práticas educativas, bem como possíveis convergências e distanciamentos em relação às práticas observadas (Cellard, 2018; Evangelista, 2021).

O estudo empírico foi realizado em uma instituição pública municipal de Educação Infantil, situada em contexto urbano, selecionada por sua inserção na rede pública de ensino e por desenvolver práticas pedagógicas orientadas pelas diretrizes da BNCC. A escolha do campo de pesquisa deu-se de forma intencional, considerando sua relevância para a compreensão dos desafios concretos da implementação curricular na Educação Infantil.

Os procedimentos de produção dos dados incluíram observações sistemáticas do cotidiano escolar, realizadas em momentos distintos das rotinas pedagógicas, como atividades dirigidas, momentos de brincadeira, interações entre crianças e professores e organização dos espaços educativos. As observações foram registradas em diário de campo, permitindo a descrição densa das práticas pedagógicas e a posterior análise interpretativa. Esse procedimento possibilitou captar o currículo vivido em sua materialidade, evidenciando as formas pelas quais as diretrizes normativas são apropriadas, resignificadas ou tensionadas no cotidiano escolar (Bogdan; Biklen, 2019).

No que se refere ao campo empírico, as observações foram realizadas junto a seis docentes atuantes em turmas da Educação Infantil, distribuídas entre diferentes faixas etárias atendidas pela instituição. As observações ocorreram ao longo de aproximadamente três meses, totalizando cerca de 60 horas de acompanhamento sistemático, contemplando distintos momentos da rotina escolar, como atividades dirigidas, brincadeiras livres, interações em sala e organização dos espaços educativos.

A seleção da instituição investigada seguiu critérios intencionais, considerando: a) tratar-se de uma escola pública municipal de Educação Infantil; b) a adoção formal das diretrizes da BNCC em seus documentos institucionais, especialmente no Projeto Político-Pedagógico; e c) a disponibilidade da equipe pedagógica para a realização da pesquisa. Esses critérios visaram garantir a pertinência do campo empírico para a análise das tensões entre currículo prescrito e currículo vivido no contexto da Educação Infantil.

A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2021), desenvolvida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. As categorias analíticas foram construídas de forma articulada entre o referencial teórico e os dados empíricos, contemplando aspectos como concepções de infância, organização curricular, práticas pedagógicas e relação entre currículo prescrito e currículo vivido.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa observou os princípios éticos estabelecidos para estudos em Ciências Humanas, garantindo o anonimato da instituição e dos sujeitos envolvidos, bem como o uso responsável das informações produzidas no campo de pesquisa. A investigação pautou-se pelo respeito à integridade dos participantes e pela valorização do contexto escolar como espaço de produção de saberes.

Assim, a metodologia adotada permitiu uma análise crítica e contextualizada da organização curricular na Educação Infantil, contribuindo para a compreensão das tensões entre normatividade e prática pedagógica à luz da BNCC, em consonância com os objetivos e com o rigor científico exigido por periódicos de alto impacto.

Resultados e discussões

A análise dos dados empíricos, articulada ao referencial teórico contemporâneo, evidencia que a organização curricular na Educação Infantil, no contexto investigado, se estrutura em um campo de tensões permanentes entre as diretrizes normativas da BNCC e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar. Esses resultados corroboram achados recentes da literatura, que apontam a implementação da BNCC como um processo marcado por ambiguidades, disputas interpretativas e apropriações heterogêneas nas redes públicas de ensino (Barbosa; Richter, 2022; Silva; Gatti, 2023; Martins *et al.*, 2024).

Currículo prescrito e currículo vivido: permanências e deslocamentos

Os dados revelam a existência de um distanciamento significativo entre o currículo prescrito nos documentos normativos e o currículo vivido no cotidiano pedagógico. Embora o Projeto Político-Pedagógico da instituição faça referência explícita aos direitos de aprendizagem e aos campos de experiências previstos na BNCC, as práticas observadas demonstram forte permanência de modelos pedagógicos tradicionais, centrados na reprodução de atividades padronizadas, no uso recorrente de fichas e na fragmentação das experiências infantis.

Esse achado converge com estudos recentes que indicam que a incorporação da BNCC, em muitos contextos, ocorre de forma mais documental do que pedagógica, limitando-se à adequação formal dos planejamentos sem a efetiva transformação das práticas educativas (Oliveira; Araújo, 2023; Demeterko; Sacchelli, 2024). Conforme argumentam Lopes e Macedo (2022), o currículo não se materializa automaticamente a partir de documentos oficiais, pois sua efetivação depende das mediações realizadas pelos sujeitos no interior das instituições escolares.

Ao mesmo tempo, observam-se deslocamentos pontuais, especialmente em práticas que valorizam momentos de brincadeira livre e interação, ainda que tais ações não se configurem como eixo estruturante do currículo. Esses movimentos revelam que o currículo vivido se constitui como um espaço de negociação entre normatividade e experiência, confirmando a concepção de currículo como prática social, dinâmica e situada (Sacristán, 2023).

Concepções de infância e implicações para a organização curricular

Outro resultado relevante refere-se às concepções de infância que orientam as práticas pedagógicas. Apesar do discurso institucional alinhar-se à perspectiva da criança como sujeito de direitos, protagonista e produtora de cultura, as práticas observadas evidenciam uma compreensão ainda marcada por visões adultocêntricas e preparatórias, nas quais a Educação Infantil assume função propedêutica em relação ao Ensino Fundamental.

Tal contradição é amplamente discutida na literatura recente, que aponta a persistência de concepções escolarizantes na Educação Infantil, mesmo após avanços normativos expressivos (Campos; Cruz, 2022; Sarmiento, 2023). Segundo Barbosa e Oliveira (2022), essas concepções impactam diretamente a organização curricular, restringindo a centralidade das experiências infantis e subordinando o brincar a objetivos instrucionais.

Nesse sentido, os dados analisados reforçam a crítica de que a BNCC, embora avance ao reconhecer os campos de experiências, não elimina automaticamente práticas pedagógicas alinhadas a lógicas de controle, padronização e antecipação de conteúdos, especialmente quando não acompanhada de processos formativos críticos e contextualizados (Silva; Pacheco, 2024).

Formação docente e apropriação crítica da BNCC

Os resultados indicam que a formação continuada dos docentes constitui um dos principais desafios para a efetivação de uma organização curricular coerente com os princípios da BNCC. Observou-se que a apropriação do documento ocorre, majoritariamente, de forma instrumental, centrada na reprodução de terminologias e estruturas, sem aprofundamento conceitual ou reflexão crítica sobre suas implicações pedagógicas.

Esse achado dialoga diretamente com pesquisas recentes que apontam a fragilidade das políticas de formação continuada voltadas à Educação Infantil, frequentemente pautadas por ações pontuais e desarticuladas das realidades escolares (Gatti; Barreto, 2022; Nunes; Corsino, 2023). Conforme destacam Martins *et al.* (2024), a ausência de espaços coletivos de reflexão compromete a construção de práticas pedagógicas alinhadas a uma concepção emancipatória de currículo.

Além disso, a literatura tem problematizado o risco de uma implementação tecnicista da BNCC, que reduz o papel docente à aplicação de orientações prescritas, esvaziando sua autonomia profissional e sua capacidade de produção curricular (Biesta, 2023; Lopes, 2024). Os dados empíricos analisados corroboram essa crítica, ao evidenciar práticas pouco reflexivas e fortemente condicionadas por exigências administrativas.

Normatividade, autonomia pedagógica e contextos institucionais

A análise comparativa entre os dados empíricos e a literatura recente permite afirmar que a organização curricular na Educação Infantil se constrói em um campo de disputas entre normatividade e autonomia pedagógica. Embora a BNCC se apresente como um documento orientador, sua implementação tende a assumir caráter prescritivo em contextos institucionais marcados por pressões burocráticas, escassez de recursos e fragilidades na gestão pedagógica (Oliveira; Dourado, 2022; Silva *et al.*, 2025).

Os resultados evidenciam que a ausência de condições institucionais adequadas como tempo para planejamento coletivo, acompanhamento pedagógico sistemático e valorização do trabalho docente limita a possibilidade de construção de um currículo contextualizado e sensível às especificidades das crianças. Esse cenário reforça a argumentação de que políticas curriculares, isoladamente, são insuficientes para promover mudanças substantivas nas práticas educativas (Ball, 2022; Afonso, 2024).

Síntese crítica da discussão

De modo geral, os resultados e discussões indicam que a organização curricular na Educação Infantil, à luz da BNCC, permanece atravessada por contradições estruturais que refletem disputas históricas no campo educacional. A pesquisa confirma achados da literatura recente ao evidenciar que a efetivação de um currículo centrado nas experiências das crianças exige não apenas diretrizes normativas, mas condições institucionais, formativas e políticas que favoreçam práticas pedagógicas críticas, reflexivas e contextualizadas.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar a organização curricular na Educação Infantil à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), focalizando as tensões entre as diretrizes normativas e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar de uma instituição pública municipal. A partir da articulação entre dados empíricos e literatura contemporânea, foi possível evidenciar que a implementação da BNCC, embora represente um avanço normativo no campo da Educação Infantil, permanece atravessada por contradições que limitam sua efetivação no plano das práticas pedagógicas.

Os resultados indicam que o distanciamento entre o currículo prescrito e o currículo vivido constitui um dos principais desafios para a consolidação de uma proposta curricular coerente com os princípios da BNCC. Apesar da incorporação formal das diretrizes nos documentos institucionais, as práticas observadas revelam a persistência de modelos pedagógicos tradicionais, marcados pela fragmentação das experiências infantis e por concepções escolarizantes de infância. Esses achados corroboram estudos recentes que apontam a dificuldade de superação de

paradigmas pedagógicos historicamente consolidados, mesmo diante de reformas curriculares de caráter nacional.

A análise também evidenciou que as concepções de infância que orientam as práticas pedagógicas exercem influência direta sobre a organização curricular. Embora o discurso institucional reconheça a criança como sujeito de direitos e protagonista de suas aprendizagens, tal perspectiva nem sempre se materializa no cotidiano escolar, revelando uma contradição entre os pressupostos teóricos da BNCC e as práticas efetivamente desenvolvidas. Essa tensão reforça a compreensão do currículo como prática social, construída em processos de negociação entre normatividade, saberes docentes e contextos institucionais.

Outro aspecto central refere-se à formação continuada dos professores, identificada como elemento estruturante para a apropriação crítica da BNCC. Os dados analisados indicam que a ausência de processos formativos consistentes, reflexivos e contextualizados compromete a capacidade dos docentes de ressignificar as diretrizes curriculares e de construir práticas pedagógicas alinhadas a uma concepção democrática e emancipatória de Educação Infantil. Tal constatação evidencia que a implementação curricular não pode ser compreendida como um processo meramente técnico, mas como uma ação política e pedagógica que demanda investimento institucional e valorização do trabalho docente.

Do ponto de vista das contribuições científicas, o estudo amplia o debate sobre a implementação da BNCC na Educação Infantil ao evidenciar, em nível microinstitucional, as mediações, resistências e apropriações que caracterizam o currículo vivido. Ao privilegiar a análise situada das práticas pedagógicas, a pesquisa contribui para o campo dos estudos curriculares ao reforçar a necessidade de compreender a BNCC não apenas como documento normativo, mas como objeto de disputa interpretativa no interior das instituições educativas.

No que se refere às implicações pedagógicas e políticas, os resultados apontam para a urgência de políticas de formação continuada que promovam espaços coletivos de reflexão crítica sobre currículo, infância e práticas pedagógicas. Além disso, evidenciam a necessidade de condições institucionais que garantam tempo, acompanhamento pedagógico e autonomia docente, de modo a favorecer a construção de propostas curriculares contextualizadas e sensíveis às singularidades das crianças.

Por fim, reconhecem-se como limites do estudo a delimitação a uma única instituição escolar e a utilização de um conjunto específico de procedimentos metodológicos, o que não permite generalizações. Contudo, tais limites abrem possibilidades para investigações futuras que ampliem o escopo empírico, incluindo diferentes contextos institucionais, redes de ensino e estratégias metodológicas, bem como estudos comparativos sobre a implementação da BNCC na Educação Infantil em distintas realidades socioculturais.

Conclui-se que a efetivação de uma organização curricular coerente com os princípios da BNCC exige mais do que a adesão formal às diretrizes normativas, demandando um compromisso ético, político e pedagógico com a infância, com a formação docente e com a construção de

práticas educativas que reconheçam as crianças como sujeitos de direitos e produtores de cultura. Tal perspectiva reafirma a centralidade da Educação Infantil como espaço de promoção de uma educação pública democrática, crítica e socialmente referenciada.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. Políticas educacionais e regulação do currículo: desafios contemporâneos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, e026789, 2024.
- BACHTCHEN, Luciane; LIRA, Adriana Regina. Formação continuada docente e a implementação da BNCC na Educação Infantil: desafios e possibilidades pedagógicas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 41, e041007, 2025.
- BALL, Stephen J. A educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e023456, 2022.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Currículo e práticas pedagógicas na Educação Infantil: desafios pós-BNCC. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, n. 184, p. 1-20, 2022.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Educação Infantil, currículo e política educacional: tensões contemporâneas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, e270052, 2022.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Educação Infantil em tempos de BNCC: currículo, direitos das crianças e práticas pedagógicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 51, n. 179, p. 1-18, 2021.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 2021.
- BIESTA, Gert. Educação para além da aprendizagem: ensino, democracia e emancipação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 39, e039002, 2023.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: CNE, 2010.
- CAMPOS, Maria Malta. Educação Infantil e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e022345, 2020.
- CAMPOS, Maria Malta; CRUZ, Silvia Helena Vieira. Educação Infantil, direitos das crianças e currículo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 26, e260048, 2021.
- CAMPOS, Maria Malta; CRUZ, Silvia Helena Vieira. Infância, currículo e práticas pedagógicas: desafios atuais. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 38, e038012, 2022.
- CARVALHO, Ana Cristina; MONTTOYA, Silvia Regina. Currículo, infância e contextos

socioculturais: desafios da BNCC em realidades regionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 46, e026901, 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 295-316.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Rezende. A BNCC e a Educação Infantil: desafios e possibilidades. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 45, n. 3, p. 1-18, 2020.

DEMETERKO, Clarice; SACCHELLI, Tatiane. BNCC e Educação Infantil: entre normatividade e práticas pedagógicas. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 1-22, 2024.

EVANGELISTA, Olinda. Políticas educacionais e análise documental. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 345-360, 2021.

FERRAZ, Adriana; NASCIMENTO, Maria Lúcia; SOUZA MARCOS, Ana Paula. Currículo e práticas pedagógicas na Educação Infantil pós-BNCC: desafios e mediações docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e040018, 2024.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Penso, 2022.

GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: formação e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, e021987, 2019.

GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Formação docente e políticas curriculares no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, n. 183, p. 1-24, 2022.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

KRAMER, Sonia. *A infância e sua singularidade*. São Paulo: Cortez, 2021.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares e controle do trabalho docente. *Currículo sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-19, 2024.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2021.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Currículo, política e prática: disputas contemporâneas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e024567, 2022.

MARTINS, Angela Maria; SILVA, Luciana Pacheco; OLIVEIRA, Ana Paula. A implementação da BNCC na Educação Infantil: desafios formativos e pedagógicos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, e290031, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia. Formação continuada e BNCC na Educação Infantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 39, e039014, 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ARAÚJO, Heloísa Lück. Currículo e políticas educacionais em contextos locais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 44, e025678, 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas curriculares e gestão

educacional. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 38, n. 1, p. 23-45, 2022.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Penso, 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno. Currículo, cultura e prática educativa. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 48, n. 2, e124567, 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância e políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 44, e026543, 2022.

SILVA, Monica Ribeiro da; GATTI, Bernardete Angelina. Políticas curriculares e trabalho docente na Educação Infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 52, n. 183, p. 1-24, 2022.

SILVA, Roseli Pacheco; PACHECO, Jeferson. Currículo, BNCC e Educação Infantil: desafios contemporâneos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, e040005, 2024.

SILVA, Roseli Pacheco *et al.* BNCC e práticas pedagógicas na Educação Infantil: análises críticas. *Research, Society and Development*, Itabira, v. 14, n. 1, e141234, 2025.

SILVA, Roseli Pacheco; BEZERRA MARQUES, Daniela; FARIAS SILVA, João Pedro. A implementação da BNCC na Educação Infantil: tensões entre normatividade e práticas pedagógicas. *Research, Society and Development*, Itabira, v. 14, n. 2, e142345, 2025.